

A DEMOCRACIA COMO TOPOS, REFLEXÕES SOBRE PERSUASÃO E ENTIMEMAS EM DEBATES DE LABORATÓRIO*

Raul Francisco Magalhães*
Diogo Tourino de Souza**

RESUMO

O foco do trabalho discute como agentes racionais usam intersubjetivamente retóricas para criarem contexto de identidade e condições para uma deliberação. A investigação central indica que a explicação dos problemas da ação e deliberação depende dos formatos retóricos das opiniões que programam os atores numa direção do debate. Os argumentos intercambiáveis no debate público criam um contexto de agregação entre agentes racionais e condições minimamente suficientes para uma decisão. A base de dados utilizada para as reflexões do artigo é formada por um conjunto de grupos de foco realizados em 2004 com estudantes universitários de diversas áreas, tendo como tema central a democracia e outros tópicos controversos da vida civil e da moralidade.

Palavras-chave: democracia, retórica, vida civil.

* Este artigo trabalha muito seletivamente alguns resultados do relatório final da pesquisa "A Retórica como Modelo Analítico da Racionalidade Instrumental: os usos da argumentação em situações de conflito de debate", fomentada pelo PIBIC/CNPq/UFJF, 2004, O projeto, por sua vez, inseriu-se numa pesquisa maior, "As Interações de Fala em Situações de Conflito", coordenada pela lingüista Prof^a. Dr.^a Sônia Bittencourt Silveira – UFJF (CNPq 470879/01 NV), que também coordena o núcleo de pesquisa "Interações de Fala em Contextos Institucionais", da Universidade Federal de Juiz de Fora, ao qual esses trabalhos estão vinculados. O objetivo desse núcleo é gerar pesquisas que integrem conhecimentos das áreas de lingüística e das Ciências Sociais. O projeto teve como bolsistas Pedro Henrique de Souza Jorge e Diego Pacheco Nogueira cujas presenças inestimáveis e reflexões conjuntas estão aqui presentes.

* Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da UFJF

Professor do Mestrado em Ciências Sociais da UFJF

** Professor Substituto do Departamento de Ciências Sociais da UFJF

INTRODUÇÃO

O intuito da presente artigo é contribuir para o avanço do entendimento das relações entre ação e argumentação. Tal debate sofreu um enorme impacto nos anos 80 do século XX com o surgimento do programa de pesquisa habermasiano do agir comunicativo (Habermas, 1989; 1990), apontando o campo da linguagem como o lugar por excelência do debate sobre racionalidade. O processo que se seguiu à noção de agir comunicativo não foi, como se poderia esperar, de crescimento das pesquisas que uniriam a teoria política e a análise da linguagem. Ao contrário, a começar pelo próprio Habermas, a resistência ao aprofundamento das investigações no campo da linguagem prevaleceu. Houve a retomada da agenda tradicional da teoria social, de pensar a racionalidade dentro de parâmetros procedimentais e normativos, tratando a linguagem apenas a partir da reconstrução de condições universais de enunciação e reciprocidade de palavra. Os discursos só se punham como expressão de arranjos institucionais. Essas seriam as bases para a compreensão de uma democracia deliberativa, isto é, uma democracia cuja legitimidade radica-se na equalização das condições de debate público, para possibilitar a emergência de decisões calcadas no melhor argumento.

Na direção oposta a Habermas, cremos que a análise da linguagem como ação social é um problema que não pode ser plenamente resolvido fora do campo empírico, no qual agentes reais usam proferimentos para conformar o plano social, seja como expressão de interesses, ou de ações moralmente orientadas. Aí fundamenta-se a recuperação da forma de reflexão sobre a linguagem que geneticamente se formou com a própria teoria política, a saber, a *retórica*. A recuperação dos conceitos da retórica, em especial o conceito de *persuasão* e sua implicação lógica, o conceito de *entimema*, permite-nos um duplo movimento, indo muito além do projeto de um horizonte normativo da comunicabilidade nos termos de Habermas. Primeiramente, a retórica se

afirma como uma possibilidade de se pensar a racionalidade instrumental dentro da linguagem, e não tomar esta última como o espaço de limite da instrumentalidade da ação racional. De outro lado, a tradição de estudos da retórica permite avançar analítica e empiricamente nos contextos de uso e manipulação de argumentos, ou seja, de visualização e descrição da própria construção da racionalidade dos agentes em situações de conflito ou debate, onde a fala é o instrumento.

Na a pesquisa original e seus desdobramentos que geraram a presente discussão (Magalhães, 2000; 2002; Magalhães e Souza 2004) e também conforme já foi possível assinalar em relatório de pesquisa recente (Magalhães *et alli*, 2004), testamos anteriormente os conceitos centrais da retórica, reconstruídos com base em teorias específicas (Aristóteles, 1988; 1978; Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1996; Perelman, 1997; Osakabe, 1979; Meyer, 1998 e 1994; Peçanha, 1989; Barilli, 1985; Reboul, 1998, Rhoden, 1997; Gille, 2001) combinados com uma perspectiva lógico analítica derivada das teorias de S. Toulmin (1994; 1997). Essencialmente avaliamos como, em situações de debate sobre questões de interesse público geral, os agentes lançam e usam argumentos entrelaçados em pacotes explicativos estandardizados e articulados por premissas falsas ou duvidosas (Boudon 1989; 1990). Buscamos anteriormente perceber a temática que une linguagem e ação, articulando a categoria retórica de persuasão com aportes da teoria social interativista (Schutz, 1974; Schutz e Luckmann, 1977; Garfinkel e Sacks, 1986; Zimmerman e Boden, 1991; Schegloff, 1991; Pollner, 1987). Não vamos rediscutir essa elaboração teórica no presente texto, apenas aplicar uma de suas facetas a um conjunto de falas. Nos limites deste artigo, pontuaremos apenas a centralidade, em nossa teoria, do caráter operativo da retórica para os movimentos dos agentes.

Nossa postura metodológica baseia-se no pressuposto de que os conceitos não podem ter existência somente em planos abstratos, independentemente das explicações das situações de fato. Nosso entendi-

A Democracia como topos, reflexões sobre persuasão e entimemas em debates de laboratório

mento é de que os conceitos, para serem operatórios, só têm sentido quando lastreados por referências empíricas que os reconstroem, para aquele momento da investigação. Isso não quer dizer que os conceitos não possam ser generalizados para uma gama de fatos que transcendem sua elaboração inicial. Ao contrário, suas possibilidades de generalização teórica estão condicionadas pelas referências de sua reconstrução empírica em cada operação do uso. Isso quer dizer claramente que, ao falarmos de um estudante de Juiz de Fora, estamos criando possibilidades para o entendimento do comportamento político de um agente generalizável para outros contextos, porém essa generalização depende, sempre, de ser ancorada ao novo contexto empírico de referência, que irá criticamente modificá-lo. Nossa intenção foi, todo o tempo, trabalhar conceitos e processos com amplas possibilidades de universalização teórica, apenas ressaltamos que isso é sempre função das condições de fato, geradas por cada pesquisa.

Na nossa última pesquisa, estudamos as opiniões dos agentes em termos de suas reações argumentativas a certos temas passíveis de polêmica na arena pública. Na base de dados deste artigo os agentes tomados à investigação são todos alunos universitários e, por conseguinte, pessoas com acesso a elaborações intelectuais sobre os temas vistos, embora fique claro, no material empírico que, em se tratando de questões públicas, há evidente predomínio do senso comum nos juízos formulados, ou seja, o universo de linguagens e experiências cotidianas é determinante nas opiniões políticas, tanto quanto pudemos observar em trabalho anterior, cujos grupos eram formados de eleitores de baixa renda e baixa escolaridade (Magalhães e Veiga, 2000). Essa simetria nada tem de surpreendente, pois identifica mecanismos elementares que organizam o processamento de discursos que formam as opiniões. Em nossa leitura, aplicada exclusivamente ao contexto da pesquisa que fundamenta esse artigo, a persuasão é definida como *a adesão de agentes a conjuntos de noções articuladas*

discursivamente que possibilitam processos operatórios organizadores das perspectivas de opinião e ação desses agentes, sempre em relação a um campo empírico específico.

Assim tratamos criticamente o conceito de persuasão a partir da idéia que consiste em entendê-lo como a adoção pelos indivíduos de conjuntos de discursos, retóricas, que explicam o mundo e orientam decisões, mas cujos fundamentos são falsos, ou duvidosos. Aceitamos, com Boudon, que ninguém examina os fundamentos falsos ou duvidosos das idéias que adota. Teorias racistas, que propõem bases biológicas para sua justificativa, ilustram claramente o ponto. Optamos por pensar retóricas como idéias compartilhadas socialmente por meio da fala, mas que têm justificativas ilógicas ou falsas. Numa operação metodológica aproximamos Boudon do que chamamos de *entimema*, ou seja, argumentar logicamente com premissas frágeis, dar aparência lógica ao discurso, produzir a adesão a teses apenas por meio de palavras, usadas como únicas portadoras das "evidências" que promovem a agregação e ação na sociedade.

EMPIRIA 1: SOBRE A AGREGAÇÃO DE OPINIÕES

O programa de investigação que, no presente artigo, reduzimos exclusivamente ao núcleo central, formado pelo esforço de descrever o caráter quase-lógico dos entimemas, foi aplicado a 4 diferentes bases de dados na pesquisa original¹. Aqui discutiremos apenas aspectos restritos dos grupos de foco sobre temas polêmicos, nossa base de dados mais recente. Os 10 grupos de foco com temas polêmicos foram um experimento laboratorial de indução ao debate, que estabelece uma série de

¹ As 4 bases de dados foram formadas por 5 grupos de foco sobre as eleições presidenciais de 1998, uma audiência de conciliação do Procon de Juiz de Fora, dos debates televisivos entre os candidatos à Presidência de República nas eleições de 2002 e dos 10 grupos de foco sobre temas polêmicos, objeto empírico deste artigo. Para um exame geral das bases de dados e interpretações, ver Magalhães et alli (2004) e, sobretudo, Magalhães e Souza (2004).

resultados empíricos fundamentais para a presente pesquisa. Temos condições ali de confrontar agentes, formulando argumentos sobre temas a respeito dos quais não há qualquer consenso e, portanto, gerando discursivamente uma situação de conflito retórico. O exercício de argumentar tem uma dimensão cognitiva clara e as interações de consenso e dissenso formam discursos apropriáveis por todos os participantes. Fundamentalmente, há nesses debates o uso subjetivado e instrumentalizado de retóricas, argumentos socialmente compartilhados (entimemas), que são re-moldados para os fins da situação de debate. Quando falamos em subjetivação da retórica, referimo-nos ao fato de que o discurso proferido é uma peça de auto-persuasão simultaneamente às suas pretensões de persuadir seus interlocutores.

Cabe dizer que, embora debates laboratoriais não sejam experiências cotidianas para os agentes, temos o direito de presumir que seus argumentos não foram drasticamente alterados para a situação de laboratório, ou seja, as opiniões sobre política, criminalidade ou religião são apenas aquelas que essas pessoas emitiriam em outras circunstâncias sociais, nas quais fossem instadas a fazê-lo, apenas ressaltando-se o fato de que o debate pode, em tempo real, trazer argumentos que modifiquem posições argumentativas anteriormente estabelecidas. De qualquer forma, o instrumento teórico dominante para esse material é dado pelo tema da persuasão, nos termos vistos acima.

Os grupos contaram com uma participação média de aproximadamente 10 pessoas, não podendo acontecer com um número inferior a 9 ou superior a 13. As reuniões, realizadas entre novembro de 2003 e maio de 2004, se deram sempre às quartas feiras, com início marcado para as 15:30h. Em se tratando de um público universitário, o perfil dos integrantes dos grupos era formado por pessoas de um bom nível de escolaridade. Os participantes, todos voluntários, eram convocados por uma chamada pública a comparecer no laboratório em nome de uma pesquisa. O experimento terminava por volta das 17 horas. Todos os gru-

pos realizados foram filmados em VHS, as fitas foram transcritas, e o material foi categorizado. Os participantes selecionados responderam a um questionário que buscou descobrir a opinião dos envolvidos sobre os temas abordados no grupo, antes do início do debate, o que aqui denominamos como **onda A**; após o término do debate os participantes responderam ao mesmo questionário, denominado como **onda B**. O objetivo foi perceber a agregação dos envolvidos em torno das opiniões colocadas no campo retórico. O questionário foi elaborado com algumas perguntas que obrigaram os participantes a se posicionarem entre alternativas antagônicas, ou assumirem uma posição neutra na presença da alternativa "não sei".

A análise geral sugere, como já detectado em nossa pesquisa experimental anterior, que *a simples troca de opiniões entre agentes sem maiores fundamentos pode gerar agregação em torno de uma opinião estabelecida em um campo de debate*. A variação que detectamos na presente pesquisa quanto a essa proposição é de que *os argumentos são tanto mais agregativos quanto mais premente é a dimensão decisória, ou seja, em questões nas quais os agentes se sintam compelidos a uma posição haverá maior tendência dos indecisos em procurar uma opinião corrente, normalmente dominante, para se apoiar*. Em casos nos quais não haja necessidade de posições como em questões mais abstratas, como a definição de "felicidade", temos os agentes se sentindo mais confortáveis com sua indecisão, ou suas opiniões iniciais anteriores ao debate.

Quando questionados sobre a democracia brasileira, um exercício de opinião que não configura, no contexto, decisão, não há mudança de posições significativa entre o que as pessoas pensaram antes e depois do debate (quadro 01).

Quadro 01

Como você avalia a democracia brasileira?		Frequência	Percentual (%)	Frequência	Percentual (%)
		A	A	B	B
Válidas	Boa	34	35,4	34	35,4
	Ruim	53	55,2	51	53,1
	Não sei	9	9,4	10	10,4
	Total	96	100,0	95	99,0
Inválidas	NR	-	-	1	1,0
Total		96	100,0	96	100,00

O mesmo comportamento pode ser observado quando o tópico em debate é o governo atual (quadro 02).

Quadro 02

Como você avalia o atual governo?		Frequência	Percentual (%)	Frequência	Percentual (%)
		A	A	B	B
Válidas	Boa	50	52,1	50	52,1
	Ruim	25	26,0	27	28,1
	Não sei	20	20,8	18	18,8
	Total	95	99,0	95	99,0
Inválidas	NR	1	1,0	1	1,0
Total		96	100,0	96	100,00

No entanto, quando questionados sobre a execução ou não de um sistema de cotas raciais nas universidades públicas, o comportamento dos agentes envolvidos ganha contornos mais abertos à persuasão. A proximidade do debate com a realidade quotidiana dos participantes, e o próprio convite à decisão, expõe os envolvidos ao convencimento ante os argumentos colocados no centro do campo retórico. Quando os agentes têm no horizonte de sua ação a possibilidade de decidir, eles buscam agregação em torno de uma determinada posição, para organização do seu próprio agir (instrumentalidade). Podemos observar isso no comportamento dos indecisos que diminuiram de forma significativa da onda A para a onda B (quadro 03).

Quadro 03

Qual a sua posição em relação à lei de cotas?		Frequência	Percentual (%)	Frequência	Percentual (%)
		A	A	B	B
Válidas	A favor	23	24,0	23	24,0
	Contra	55	57,3	61	63,5
	Não sei	9	9,4	2	2,1
	Total	87	90,6	86	89,6
Inválidas	NA*	9	9,4	9	9,4
	NR	-	-	1	1,0
Total		96	100,0	96	100,00

*Essa questão não foi aplicada no grupo 01

Agentes que não têm no horizonte a possibilidade de decisão não se sentem impelidos a formar opinião em torno dos temas abordados. De forma contrária, podemos testemunhar inclusive um aumento no número de indecisos na temática como "felicidade", o que corroboraria com a noção de que tais agentes estão adquirindo informações sem a obrigação de exercer escolhas (quadro 04).

Quadro 04

Você se considera uma pessoa feliz?		Frequência	Percentual (%)	Frequência	Percentual (%)
		A	A	B	B
Válidas	Sim	78	81,3	78	81,3
	Não	5	5,2	3	3,1
	Não sei	12	12,5	14	14,6
	Total	95	99,0	95	99,0
Inválidas	NR	1	1,0	1	1,0
Total		96	100,0	96	100,00

EMPIRIA 2: A LÓGICA APARENTE EM USO

Fizemos uma seleção mínima de trechos relativos a dois grandes tópicos debatidos: a saber *democracia* e *sistemas de cotas para negros*

A Democracia como topos, reflexões sobre persuasão e entimemas em debates de laboratório

nas universidades para visualizar os entimemas que os agentes usaram. Não existe, nos trechos selecionados, qualquer intenção de dar uma visão ampla de todos os argumentos pró e contra os temas, mas apenas mostrar o tipo de análise aplicado ao material empírico

Vejamos então algumas argumentações dos debatedores de diferentes grupos:

Mediadora: Pensando no Brasil, qual o sentimento que vocês têm em relação a democracia? O que vocês acham na democracia no Brasil?

A5: Acho que não adianta ter democracia se as pessoas não têm acesso às informações igualmente. As pessoas não sabem para que estão votando, onde vai ser implicado os direitos delas. (Realizado em 5-11-2003.)

C6: No Brasil você tem uma democracia, o cidadão tem o direito de escolher seu representante, mas você tem, por outra parte, uma alienação da massa, do povo, aí você não dá a mesma igualdade para todos escolherem. (Realizado em 19-11-2003)

B1: (...) é você tem certas liberdades individuais, mas, por outro lado, o cidadão está morrendo na fila do SUS . Eu estive agora em São Paulo, infelizmente fui lá para o hospital e você vê gente no corredor, pessoas que estão nas últimas mesmo, no corredor. Assim é, no Brasil tem democracia, mas ela é limitada, sem dúvida nenhuma (Realizado em 12-11-2003)

I6: Oh, na minha opinião acho que passa muito pelo conceito do que é democracia. Pra mim democracia não é você tá votando ou você estar no poder, essas coisas assim, acho que passa por todas as condições sociais e econômicas que a sociedade vive, primeiro porque, às vezes a gente vota, mas a gente sempre tá sendo manipulado pelos meios de comunicação, as pessoas não têm acesso verdadeiro aos dados, os dados são manipulados, então eu já acho isso um problema. E outro também

que se fala-se em democracia e que a sociedade oferece condições pra todo mundo chegar ao poder. Mas que condições são essas? Não são as mesmas de uma pessoa que nasce em uma favela e outra que nasce numa família de classe média ou alta. Ai está o que é democracia. Pra mim o Brasil tá longe de ser um país democrático. (Realizado em 12-05-2004)

J5: Eu acho falha, por que democracia não é só direito a voto, primeiro que há a democracia da informação, pois não se tem informação, pois se não tem educação, não tem informação, você não consegue exercer, por mais que a democracia seja institucionalmente plena, na prática ela não é, porque as pessoas não têm conhecimento de todas as possibilidades de reivindicação e de participação social. Então primeiro é essa questão da informação, e que também há democracia financeira, da distribuição de renda. Educação tá ligada, a um nível de renda familiar, e também acho falho nesse sentido, porque há uma grande concentração de renda, uma grande concentração de conhecimento. Diga-se de passagem, nós somos poucos dentro das universidades. Então, democracia inexistente na prática, (Realizado em 26-05-2004)

A opinião dominante nos grupos foi a identificação da verdadeira democracia com a solução das desigualdades sociais, um debate que a antiga esquerda chamava *democracia substantiva*. Não há nada de surpreendente que ele esteja no arsenal argumentativo de estudantes universitários, o que nos interessa é o esquema argumentativo movimentando-se entre a caracterização da desigualdade como causa da insuficiência de se aceitar a democracia apenas como um conjunto de regras do jogo, conforme zela certa respeitável teoria política.

Uma fórmula: *se desigualdade então democracia deficiente*. Pode-se especular, por oposição, como argumentos de democracia substantiva devem ser mais agregadores, que defesas das regras universalmente apontadas pelos procedimentos democráticos. Aliás, está em questão exatamente que o problema da desigualdade relativiza a importância de arran-

jos normativos na percepção da política no Brasil, como o lugar de se pensar a democracia. Ao contrário, uma das sustentações ocultas do argumento é identificar a democratização com resultados positivos, numa agenda de redistribuição de condições primárias aos cidadãos, o que por sua vez retomaria o tópico das políticas públicas, como um campo de agregação de opiniões mais denso que os tópicos de problemas constitucionais, ou de judicialização da política, por exemplo.

Vejamos um segundo trecho:

C2:(...)eu vejo hoje em dia que os projetos que tentam minimizar a pobreza são projetos não oficiais, são pessoas que (...) ficam angustiadas de verem as pessoas sofrendo, morrendo de fome, o que quer que seja, se unem (...) pra tentar distribuir isso.(Realizado em 19-11-2003)

C4: Igual o exemplo que C2 falou, de organizações não oficiais, as próprias ONG's que você vê hoje, isso é democracia

C1: Eu acho que as pessoas são solidárias, demais até, o que falta mesmo é a parte do governo.

C8: (...) por exemplo, você tocou nas ong's, nessas iniciativas privadas que são importantes, mas são importantes como complemento, como auxílio e não estando à frente. E o governo que tem que fazer. Eu não tenho que simplesmente fazer uma medida assistencialista

C1, C9, C10: É verdade

C9: Mas eu acho que, se o governo não faz, a gente vai ficar esperando?

C8: É, mas ao mesmo tempo, é bom fazer: "amigo da escola", "criança esperança".

C3: O problema é que uma coisa que a gente vê muito é muita gente, muito envolvida, envolvida de corpo e alma e acreditando no que faz com esse projeto. Não tem a menor crença no Estado, no poder da participação política, e que as coisas possam mudar de uma forma dife-

rente. Assim, o Estado, pra muitos de nós, ficou absolutamente desacreditado, o que é um perigo, porque vai ficar na mão de quem?

C8: As pessoas bem intencionadas que acreditam no “criança esperança”, não pensam, que têm que votar direito pra eleger um novo governo, um novo poder público que vá melhorar. Não, têm que continuar fazendo criança esperança, têm que continuar retirando responsabilidade do governo. Esse é o perigo.

O que se pode notar como um contraponto ao pessimismo das primeiras caracterizações é a premissa difusa de que “alguém” age para solucionar os problemas, embora os agentes que estão nos grupos discutindo não se percebem como participantes, nem da desigualdade, nem de sua superação. O entimema assume que partes da sociedade vão se movimentar para suprir a incapacidade do Estado de resolver os problemas sociais. Um outro entimema pronto que surge na fala de C8, e que cria uma tensão com o grupo, é classificar as ações paralelas ao Estado como “assistencialismo”, um conhecido pacote de idéias, que leva automaticamente ao tópico de que tais movimentos estão desobrigando o Estado de agir. Essas são posturas extremamente recorrentes nos debates, e na crítica engajada das ações não estatais para resolver desigualdades sociais.

Em alguns debates aparecia o argumento contrário, a interiorização pelo agente do seu papel causal para com a situação. Vejamos 2 trechos de troca de argumentos:

A3: O que acontece lá em Brasília não chega até aqui, não conhecemos que lei foi aprovada. (Realizado em 05-11-2003)

A1: É, mas eu acho que isso não é tanto um problema que começa de cima, nós não buscamos isso, nenhum de nós...

J8: Mas o Brasil se acomoda com tudo. (Realizado em 26-05-2004)

J5: Os brasileiros entendem porque você faz parte do bojo, você é comodista.

Os trechos acima mostram uma característica clara dos entimemas, a sua possibilidade de saltar de um campo de significados a outro, num jogo de premissa e conclusão, onde, freqüentemente, ou a premissa, ou a conclusão não são explicitadas e tiram sua força persuasiva de permanecerem ocultas. No confronto de A1 e A2, temos o argumento cidadão do excluído contraposto ao do cidadão que causa a própria exclusão ao não participar politicamente. Esse é também um importante tópico dos argumentos sobre democracia. Temos, no primeiro caso, *se não controlamos o poder, então exclusão*, em seguida o contra-discurso, *se não buscamos controlar o poder, então exclusão*, sendo que, no primeiro entimema as sustentações todas devem tender a argumentos sistêmicos, que excluem o poder dos cidadãos na conformação do mundo e, no segundo caso, o argumento supõe teorias centradas na ação, e nos microfundamentos da participação política.

Nos argumentos de J8, *se tudo se acomoda no Brasil* (explícito), *então nos acomodamos também* (oculto). No caso de J5, ratificando o entimema de J8, é usada como tópico uma entidade reificada discursivamente: a noção étnica/sociológica, no contexto negativa, de "brasileiros". Essa simples palavra implica formas de vida e comportamento. A alusão aos brasileiros parece ao ator um argumento suficiente e supostamente compartilhado pela mesa para caracterizar uma causa não estrutural, antes "cultural" de um problema "estrutural": a desigualdade. Os entimemas fluem, atando os campos de significado distintos, gerando coerências precárias, porém capazes de orientar o enquadramento de um problema social e a atitude subjetivamente correspondente para o agente. No trecho abaixo, vemos um argumento individualista, que recusa a política, ser confrontado com sua oposição mais lógica: a retórica de que a política afeta a vida de todos, inclusive dos que fogem dela.

B6: Acho que, por essa lógica, pouco importa o que ele tá fazendo, por que ele sair, vai entrar outro que vai fazer a mesma coisa que ele. Eu tô numa onda de correr muito mais, de querer correr atrás da minha sobrevivência, dos meus ideais, acadêmicos ou não, do que ficar prestando atenção no que o outro tá fazendo. (Realizado em 12-11-2003)

B3: É complicado o que você falou B6. Você falou que não importa o que o Lula tá fazendo... Pelo contrário, acho que vai influenciar muito a sua vida meu caro, porque qualquer medida provisória que ele meter lá, meu irmão, simplesmente se o cara cortar verba da educação, de repente não tem nem mais dinheiro pra pagar luz, igual aconteceu tempos atrás que só não apagou porque a Cemig é estatal, porque lá no Rio a Light cortou. É complicado, cara, acho que esse discurso seu é o discurso mais conformista que existe na face da terra.

Mudanças táticas no discurso podem ser facilmente percebidas quando alteramos o centro do debate, ou seja, o tópico sobre o qual o conjunto de agentes acredita estar debatendo. Para os mesmos críticos da democracia, essa passa a ser um valor somente quando confrontada com uma possibilidade de organização autoritária da sociedade, mesmo provocados a pensar no caso de uma solução autoritária que agregasse bem-estar social. É preciso assinalar a contaminação da pergunta com um texto anteriormente lido pela mediadora sobre o desenvolvimento econômico durante o ciclo militar. Os argumentos já formados contra a ditadura militar no Brasil acabaram por qualificar a pergunta e, aí, por oposição, reconhecer o avanço democrático. Vejamos alguns exemplos:

MED. Vocês acham que valeria a pena trocar um regime democrático por outro autoritário, mas que ele trouxesse uma melhoria na economia, melhor bem-estar pras pessoas, vocês acham que valeria a pena essa troca?

C3: No Brasil, no período que o texto enfoca, não houve, economicamente falando, não houve. Houve crescimento econômico e não desen-

volvimento econômico. Porque desenvolvimento pressupõe distribuição de renda, é uma das variáveis que estão afetando o desenvolvimento econômico. Então, assim, quem era pobre não tinha acesso à participação política e só se beneficiava desse crescimento econômico de uma forma muito... tipo: caía umas migalhas pra eles(...) (Realizado em 19-11-2003)

I8: Não, eu acho que só por ser autoritário já não traria um bem-estar, igual foi durante a ditadura. Tudo bem, pode até ter tido um crescimento econômico, mas isso não significou que teve desenvolvimento. (Realizado em 12-05-2004)

I3: Eu acho que esse tipo de regime totalitário, igual aconteceu na ditadura, trouxe até crescimento econômico, mas, na questão social, não teve nenhuma mudança, desde que aconteceu o regime militar. Não aconteceu nada que fizesse uma mudança estrutural ocorrer a ponto de amenizar um pouco.

Notemos que a pergunta feita é, se trocariam a democracia por um regime autoritário que trouxesse um maior bem-estar. É interessante notar que as pessoas descartam essa possibilidade, devido às "lições do passado", como podemos notar na fala de I3. O participante afirma que no período da ditadura militar, embora tenha ocorrido um crescimento econômico, isso não significou uma "mudança estrutural", a mesma peça retórica que compõe a crítica ao estado de coisas atual. A fala de C3 diz que, embora tenha ocorrido crescimento, não houve desenvolvimento econômico, um típico entimema de dissociação entre dois termos, *crescimento* e *desenvolvimento*, o que lhe confere forma externa de proposição analítica, aquela que separa o todo em partes para explicá-lo.

Outro tópico interessante trata da rejeição ao socialismo que, por sua vez, não é identificado com a democracia substantiva, mas em geral com mais uma perda, agora da liberdade. É claro que houve argumentos pró-socialismo de participantes engajados, mas mostraremos aqui ape-

nas suas rejeições para exemplificar uma outra manobra argumentativa: criticar a forma da democracia atual, sem comprar o argumento da superação do capitalismo embutido no argumento pró-socialista.

Méd.: Vocês acham que o socialismo ainda é possível?

A5: Você teria que abrir mão de muita coisa, da individualidade; o socialismo tange a individualidade e não é todo mundo que está disposto a abrir mão disso. (Realizado em 05-11-2003)

A9: Eu concordo com ela [A5] quando ela falou que você não está disposto de abrir mão de seus interesses para um bem comum.

E9: É, eu acho que o socialismo igual tem se vivido em alguns países, hoje, é impossível. Você não tem a liberdade, você quer comprar uma calça melhor do que a do fulano e você não tem condição entendeu (...) (Realizado em 03-12-2003)

A imagem da perda da liberdade é mortal para os custos de implementação do socialismo. Chamamos a atenção para fala de E9 : “(...) você não tem a liberdade, você quer comprar uma calça melhor do que a do fulano (...)”. *Se liberdade então escolha, e, se socialismo então não escolha.* Vejamos, portanto alguns outros exemplos da oposição entimêmica, *se liberdade individual (valor) então não-socialismo (forma de organização social)*:

D5: (...) eu condeno um pouco o socialismo como uma sociedade porque é uma sociedade altamente funcional, todos devem trabalhar, todos devem ter uma série de condutas já pré listados por este estado socialista, pra que aquela sociedade venha a alcançar um determinado objetivo (...) (Realizado em 26-11-2003)

B2: Eu não acredito em socialismo porque acho que o indivíduo é mais importante do que o coletivo e,... (Realizado em 12-11-2003)

B7: A alternativa socialista é excludente do indivíduo.

O outro supertópico explorado na base de dados foi a implantação do sistema de cotas na universidade, na época antes da regulamentação na UFJF² e, com o debate público começando, apenas 24% (tanto na onda A como na onda B) dos participantes afirmam-se favoráveis à implementação de um Sistema de Cotas para o ingresso na universidade. Como vimos anteriormente no quadro 3, os contrários, que inclusive manifestam-se de forma acentuada, somam 57,3% no início dos debates (onda A), e 63,5% ao final dos debates (onda B). A negação das cotas foi o caminho dos indecisos expostos à disputa de entimemas.

Na maior parte dos argumentos contrários, a questão das cotas raciais é contraposta à existência de desigualdades sociais que estariam sendo negligenciadas pela proposta em pauta. Para uma fórmula geral prevaleceu: *se há privilégios há desigualdade* (premissa presumivelmente universalizada) / *cotas estabelecem privilégios* (premissa secundária que forma o entimema), *então cotas instauram a desigualdade e se desigualdade então não às cotas*. O critério raça, na opinião dos participantes, privilegiaria os negros de maior poder aquisitivo, mantendo a desigualdade no interior da universidade. Os grupos de debate reagiram negativamente à noção de cotas vistas como um ganho de um seguimento específico da sociedade. Isso contra uma política que racionalmente se pretende corretora de distorções historicamente acumuladas sobre os brasileiros afrodescendentes.

A distorção é tecnicamente deslocada para a de melhoria do ensino médio e fundamental e mostrar-se-ia como a real condição de proporcionar-se igualdade de condições no acesso ao ensino superior, como podemos observar no fragmento do Grupo 01:

² A Universidade Federal de Juiz de Fora já implantou, em 2004, um sistema de cotas para o ingresso na instituição. Os debates aqui assinalados ocorreram antes dessa regulamentação.

A2 Eu sou a favor de todo mundo receber a mesma coisa.

A4 Eu sou contra. A idéia não é dar...

A5 A idéia não é nivelar por cima, é por baixo.

A4 Exatamente, tem que pegar a base da condição desde o início, não lá em cima.

A5 É dar condição pra todo mundo.

A4 Não dar condição só no vestibular, mas em tudo, na vida.

A6 É aquela idéia: o negro mora na favela, o negro sai da senzala e vai pra favela. Isso tudo é complicado porque vem de uma questão histórica. Aí você vai amenizar os ânimos, colocar as cotas. Eu acho que não.

A7 Eu acho que seria muito mais discriminatório do que corrigir o erro.

Med. Então as leis de cotas seriam um mecanismo discriminatório?

A5 Eu acho que poderia gerar uma segregação. Porque aconteceu na UERJ: um negro passou com dezesseis pontos para odonto, e o outro fez oitenta e cinco, branco, não passou. O branco que não era racista passa a ser racista, porque foi segregado.

A9 Não pode ser só pela cor da pele.

A3 Tem gente moreninha de praia, chega lá: sou negro.

A1 Tem aquele negócio, meu pai era...

A5 Eu sou herdeira, então...

A9 Eu acho que, talvez, não pela cor, mas pela condição sócio-econômica.

A5 Eu acho que a questão é muito mais social do que racial. Mas eu acho que a melhor solução é nivelar por baixo.

A9 Dar condição pra todos é claro que seria o ideal, mas eu to falando como o fome zero(...)

A5 Ah tá, emergencial.

A9 (...) É, imediata.

A5 Eu acho que seria mais justo, social do que racial.

A Democracia como topos, reflexões sobre persuasão e entimemas em debates de laboratório

A1 Tanto que a UERJ dá tanto cota pra negro, quanto para escola pública.

A2 Eu também acho.

A4 Isso é solução.

A7 A longo prazo.

A falta de critérios objetivos no estabelecimento de quem é negro ou não é apontada como um empecilho para a realização das cotas. Cabe dizer que um dos tópicos estruturadores dos discursos sobre o Brasil é precisamente o seu caráter miscigenado, que nos entimemas alia-se à avaliação de que o problema étnico é também um sintoma da desigualdade social. A freqüente lembrança, por parte dos que são contrários, do problema da pobreza e não da discriminação racial, pretende inclusive desmentir o argumento da justiça histórica das cotas.

Um argumento, que usa tom marcadamente irônico, tenta desclassificar a justiça geracional das cotas, usa a comparação dos judeus, que também foram alvo de injustiças históricas não reparadas, como observamos no fragmento do Grupo B. É um entimema que usa a regra da reciprocidade: *se houver cotas para negros então terá de haver para todos os injustiçados da história:*

Med.O que que vocês acham, vocês são contra a favor da lei de cotas?

B7 Posso falar uma coisa...

Med. Fala B7

B7 Eu acho o seguinte: o que se vê nos dados de fundo, não é nem a questão do racismo, propriamente, se é negro ou se é branco, acho que, no fundo, é a atual discussão sobre a pobreza, entendeu?....

B10 Preconceito social...

B7 ..eu acho que é.. preconceito social...

B3 Questão histórica...

B7 ... é isso mesmo, questão histórica, eu acho que assim, quem está vivendo nessa situação marginal na sociedade, quem tá desempregado, quem está vivendo no morro, quem não tem instrução, não tem escola de 1 e 2 grau, quem não tem esse tipo de coisa, a maioria dessa população pode ser negra, aí então sim, não é simplesmente, não é aquela coisa direta: é negro tá fora... Passa por uma outra questão.

B3 O que é ser negro no país hoje? Qual é a fisionomia, a fisiologia do negro? Como isso será classificado?

B3 O cara que tiver a pele mais escura? Como que vai ser isso? É o negro de olho verde, como vai ficar?...

B10 E na questão da cota? E o negro rico? E o branco pobre?...

B3 .. não, não, a questão...

Eu não nego que a maior concentração de pobreza está com os negros, por causa de uma questão histórica: eles foram escravos, tiveram dificuldade. Mas no Brasil você pega um negro rico e ninguém vai ter preconceito, não é preconceito de cor...

B6 Sabe o que acho? Rapidinho... Acho que tinha que dar cota pra judeu... Só um comentário: acho que a gente deve dar cora pra judeu porque judeu é coitado, a história inteira foi perseguido em todo o lugar do mundo

B10 Em todo lugar

B6 ...então dá cota pra Judeu, coitado, foi expulso...

Não reproduziremos aqui, neste texto, os poucos argumentos apropriados pelos agentes identificados moralmente com a campanha de cotas que usam favoravelmente as teses da justiça geracional, do preconceito velado e cotidiano e da dignidade de manifestação da cultura negra. Para nossos fins tomamos a análise um agente, F4, tentando aceitar o princípio de razoabilidade de uma política compensatória e temporalmente delimitada. O argumento favorável reside na idéia de que ne-

A Democracia como topos, reflexões sobre persuasão e entimemas em debates de laboratório

gros foram injustiçados historicamente e hoje encontram-se em desvantagem na competição pelo acesso à universidade.

F5 Cotas pra negros?

Med Pra negros.

F4 Olha, como medida de...

F8 Eu sou contra.

F2 Eu sou contra.

F4 ...acho que, como medida imediata, eu sou a favor. A partir do momento em que vai beneficiar a maioria da população negra, ela tem baixa renda, tem menos acesso a uma universidade pública. Agora, a longo prazo eu sou contra, porque acho que o que tem que ser feito são melhorias no ensino fundamental e médio pra acesso público, pra acesso de todos a uma universidade pública. Capacitar, apesar de ser um sonho meio utópico, de poder disputar com uma pessoa que faz um cursinho, que estuda numa escola particular uma vaga numa universidade.

F6 Não concordo.

F8 O sistema de cotas é racismo.

F5 É isso que eu ia falar...

F4 É racismo, mas é uma...

F5 ... eu acho que o sistema de cotas é uma forma de preconceito, porque eles estão comprovando que o negro tem menor renda, que o desemprego atinge mais eles. Mas isso tem que ser trabalhado com programas de conscientização da população e tal. A questão de cotas, acho que seria muito mais interessante se, ao invés de se fazerem cotas pra negros, se fizesse uma cota pra população de baixa renda, ...

O debate sobre cotas confronta essencialmente argumentos em bloco (pacotes) que identificam, como no caso da democracia o problema da desigualdade como central e aqui podemos observar uma curiosa inversão: as cotas não viriam resolver, mas agravar a desigualdade. O não reconhecimento do racismo como problema relevante também indicaria uma poderosa sobrevivência da retórica do Brasil como um país social-

mente injusto, mas sem graves questões raciais. As cotas para os desiguais economicamente parecem bem mais aceitáveis que o tema novo, até certo ponto estranho ao debate brasileiro do racismo em nossa sociedade. Os argumentos a favor das cotas são pacotes que enfatizam sempre a conexão entre correção de injustiças históricas e o caráter temporário da experiência. Cabe apenas enfatizar que a fala de F3 busca desautorizar o debate com base em sua experiência pessoal, tomada como critério da realidade.

EM SÍNTESE

Quanto ao propósito central da presente texto, cremos que o trabalhar a racionalidade dos agentes, em termos de operações retóricas, fica estabelecido como uma possibilidade teórica e metodológica, que deve ser aprofundada numa pesquisa atualmente em curso³. Outro gancho é precisamente a recuperação da retórica como campo da teoria política e sobretudo da teoria da ação, num registro que havia há muito se perdido. Trata-se por conseguinte de assumir positivamente a tarefa de ligar o campo da análise da racionalidade ao campo da linguagem, tendo clareza a partir de pontos aqui discutidos que as trocas retóricas são, há um só tempo, instrumentos e programas de ação, e assim de agregação política, dos agentes.

A avaliação completa de um proferimento retórico como os que foram sucintamente exemplificados envolve discussões além do campo da forma semi-lógica dos entimemas rumo aos debates sobre valores, cultura democrática e uso de elementos performáticos de enunciação (riso, escárnio, indignação) para citar apenas os primeiros campos de indagação que decorreriam de uma ampliação do debate. A adesão de um agente a um

³ A pesquisa agora se desdobra no projeto "Interação e deliberação: perspectivas no campo da microssociologia e da linguagem" PIBIC/CNPq/UFJF, 2005/2006, que trabalhará com as interações argumentativas na Câmara de Vereadores de JF e outras bases de dados, envolvendo interações e deliberações.

A Democracia como topos, reflexões sobre persuasão e entimemas em debates de laboratório

discurso evidentemente não se explica apenas por dimensões lógicas, mas tampouco pode ser explicada sem ela uma vez que os entimemas têm a propriedade de criar as figuras quase-lógicas, que sustentam a operatividade dos argumentos lançados nas interações em público.

SUMMARY

The focus of the work discusses how rational agents inter-subjectively use rhetoric to create context of identity and conditions for a deliberation. The central investigation indicates that the explanation of the problems of action and deliberation depends on the rhetorical formats of the opinions that program the actors in a direction of the debate. Interchangeable arguments in the public debate create an aggregation context among rational agents and minimally sufficient conditions for a decision. The database used for the reflections in the article is formed by a group of focus groups accomplished in 2004 with university students from several areas, having as central theme democracy and other controversial topics of civilian life and morality.

Key words: democracy, rhetoric, civilian life.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. (1978), *Tópicos*. São Paulo: Abril Cultural (Col. Os Pensadores).

_____. (1988), *The Rhetoric of Aristotle*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.

BARILLI, Renato. (1985), *Retórica*. Lisboa: Presença.

BOUDON, Raymond. (1989), *A Ideologia, ou a Origem das Idéias Recebidas*. São Paulo: Ática.

_____. (1990), *L'art de se Persuader des Idées Fausses, Fragiles ou Douteses*. Paris: Fayard.

GARFINKEL, Harold e SACKS, Harvey. (1986) [1969]. "On Formal Structures of Practical Actions", in: H. Garfinkel (org.), *Ethnomethodological Studies of Work*. London/New York: Routledge & Kegan Paul.

GILLE, J. (2001) *Pautas argumentativas en el dialogo espontáneo: un estudio de conversaciones intra e Interculturales*. Tese de Doutorado em Lingüística, Stockholm: Stockholm University.

HABERMAS, Jürgen. (1989), *Théorie de L'Agir Communicationnel*,. Paris: Fayard, vols. I e II.

_____. (1990), *Pensamento Pós-Metafísico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.Campinas, Papyrus.

MAGALHÃES, R. F., VEIGA, L. F. (2000) Manipulações cognitivas da política: o eleitor comum diante da campanha presidencial de 1998 In: *Marketing Político e Persuasão Eleitoral*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer,

MAGALHÃES, R. F et alli (2004) *A retórica como modelo analítico da racionalidade instrumental . os usos da argumentação em situações de conflito e debate*. Relatório Final de Pesquisa. Juiz de Fora: Centro de Pesquisas Sociais/UFJF.

MAGALHÃES, R. F e SOUZA Diogo T. (2004) A retórica como modelo analítico da racionalidade instrumental :aproximações teóricas e empíricas. In: *DADOS Revista de Ciências Sociais*, IUPERJ, Rio de Janeiro: v 47, n 3, 577 – 614.

MAGALHÃES, Raul F. (2000), *Racionalidade e Retórica: Teoria Discursiva da Ação Coletiva*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ.

_____. (2002) Retórica e o problema da ação coletiva: um campo crítico a Olson e Habermas. *Teoria & Sociedade* (UFMG). Belo Horizonte: , v.1, n.9, p.8 – 37.

MEYER, Michel. (1994), "As Bases da Retórica", in: M. M. Carrilho (org.), *Retórica e Comunicação*. Porto: Edições Asa.

_____. (1998), *Questões de Retórica, Linguagem, Razão e Sedução*. Lisboa: Edições 70.

A Democracia como topos, reflexões sobre persuasão e entimemas em debates de laboratório

OSAKABE, Haqaira. (1979), *Argumentação e Discurso Político*. São Paulo: Kairós.

PEÇANHA, José A. Motta. (1989), "Teoria da Argumentação ou a Nova Retórica", in *Paradigmas Filosóficos da Atualidade*. Campinas: Papirus.

PERELMAN, Chaïm. (1997), *Retóricas*. São Paulo: Martins Fontes.

_____ e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. (1996), *Tratado da Argumentação, a Nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes.

POLLNER, Melvin. (1987), *Mundane Reason, Reality in Everyday and Sociological Discourse*. Cambridge: Cambridge University Press.

REBOUL, Olivier. (1998), *Introdução à Retórica*. São Paulo: Martins Fontes.

ROHDEN, Luiz. (1997), *O Poder da Linguagem, a "Arte Retórica" de Aristóteles*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

SCHEGLOFF, Emanuel. (1991), "Reflections on Talk and Social Structure", in D. H. Zimmerman e D. Boden, *Talk and Social Structure, Studies in: Ethnomethodology and Conversation Analysis*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press.

SCHUTZ, Alfred. (1974), "El Problema de la Racionalidad en el Mundo Social", in *Estudios sobre Teoría Social*. Buenos Aires: Amorrortu Editores.

_____ e LUCKMANN, Thomas. (1977), *Las Estructuras del Mundo de la Vida*. Buenos Aires: Amorrortu.

TOULMIN, Stephen. (1994), "Racionalidade e Razoabilidade", in M. M. Carrilho (org.), *Retórica e Comunicação*. Porto: Edições Asa.

_____. (1997), *The Uses of Argument*. Cambridge: Cambridge University Press.

ZIMMERMAN, Don H. e BODEN, Deirdre. (1991), "Structure in Action: An Introduction", in *Talk and Social Structure, Studies in Ethnomethodology and Conversation Analysis*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press.